9.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PATERNIDADE

Malvina Ester Muszkat

O presente artigo é o resultado da escuta qualitativa de mais de 2.000 famílias atendidas no Pró-Mulher, Família e Cidadania que procuraram nossos serviços com queixas de violência doméstica, durante o período de 1995 a 1997. Tem como objetivo mostrar a necessidade de um maior conhecimento a respeito de como os homens violentos se comportam diante das questões voltadas à saúde reprodutiva e à paternidade.

Das famílias atendidas, escolhemos sete, aleatoriamente, que, apesar de não terem sido entrevistadas visando a questão da paternidade, forneceram muitos dados sobre o tema. Temos o depoimento de todos os membros da família: sua constituição, dinâmica e modos de interação. O fato de mães, pais e filhos estarem simultaneamente presentes diante de nossos técnicos, discutindo seus conflitos, permite-nos crer na fidedignidade de suas queixas e depoimentos.

Para cada processo jurídico de separação, o estudo aprofundado das relações entre pais e filhos é primordial para a determinação do juiz a respeito da guarda das crianças, de forma que nossos dados nos permitem tecer considerações a respeito do exer-

cício da paternidade em famílias de baixa renda em que o pai apresenta condutas caracterizadas pela prática da violência.

Os dados sobre a condição masculina, adquiridos no trabalho de mediação realizado com cerca de 200 famílias por mês, apontam para os conteúdos introjetados durante o processo de socialização de gênero, que irão influenciar o desempenho do papel paterno. Os depoimentos das 7 famílias aqui incluídas para ilustrar o trabalho foram transcritos o mais próximo possível da sua forma original, a fim de permitir ao leitor uma maior familiaridade com as falas sobre as quais se apóia nossa escuta.

Os depoimentos de outros casais de diferentes classes sociais, considerados não violentos[1] corroboram as idéias aqui apresentadas de como as representações de masculinidade e virilidade encontradas no imaginário da cultura influem na estruturação dos papéis que irão orientar a participação dos homens no processo reprodutivo e na prática da parentalidade.

É possível afirmar que identificamos nos homens violentos, pertencentes às camadas mais pobres da população, um forte elo entre virilidade e violência, calcado sobre o horror à feminização e, naturalmente, sobre os preconceitos e discriminações que conferem à condição feminina uma situação de exclusão e subalternidade. O domínio e o controle são as ferramentas mais comumente utilizadas pelos homens violentos. Uma publicação interna do Texas Council on Family Violence aponta para algumas de suas formas: ameaças, intimidação, abuso emocional, abuso econômico, desvalorização e culpabilização, isolamento e manipulação de filhos. Algumas, senão todas essas formas, serão facilmente detectadas nos casos apresentados, sejam elas manifestadas de forma explícita ou disfarçada, como nas crises de ciúme, na culpabilização da mulher sobre problemas dos filhos ou na culpabilização da mulher sobre a própria conduta violenta dos homens.

---

[1] A observação clínica realizada nessa população já foi mencionada no meu livro *Desejo de mulher* (Muszkat, 1994).

Até recentemente as mulheres foram, no Brasil, a população de referência para as pesquisas que visavam entender os novos padrões reprodutivos sobre os quais as políticas públicas poderiam intervir. Assim também, os estudos no campo da violência doméstica nutriram-se exclusivamente dos dados fornecidos pelas vítimas, na sua maioria mulheres.

Para estudarmos o comportamento dos homens em geral, e em relação à violência doméstica em particular, não basta reconstruir sua participação na saúde das mulheres, mas é necessário imaginá-los como atores sexualizados, interagindo com mulheres e com suas próprias representações sobre masculinidade e paternidade.

Este artigo, resultado de pesquisa realizada com material obtido a partir do atendimento de casais em fase de separação, com pedidos de desquite ou de divórcio e necessidade de regulamentação jurídica de guarda dos filhos, de visitas e de alimentos, pode ser considerado como um ensaio para uma pesquisa qualitativa de maior porte, sobre violência, masculinidade e paternidade.

As considerações a respeito do assunto resultam da experiência obtida por meio do atendimento que vem sendo realizado pela Pró-Mulher, Família e Cidadania, entidade não governamental que tem se dedicado a atender famílias em que a violência está presente como forma preferencial de linguagem no relacionamento do casal, com conseqüências inevitáveis para os filhos.

Apesar de nossa clientela ser feminina, ou seja, vir através da mulher, optamos, após 17 anos de atendimento exclusivo às mulheres, ampliá-lo para toda a família considerando os seguintes aspectos: ineficácia do atendimento anterior, medida pelas interrupções do mesmo e pela reincidência das queixas; culpabilização e sobrecarga de responsabilidade sobre as mulheres, medidas pela tendência de fazê-las sentirem-se culpadas pelas ocorrências, com total impossibilidade de negociação; grande prejuízo da prole, que é direta ou indiretamente atingida pela violência exercida no âmbito da sua família; mudança conceitual de compreensão do problema da violência doméstica baseada nas teorias construtivistas

e na abordagem sociológica das relações de gênero; contato com o método da Mediação Familiar, metodologia multidisciplinar que envolve as ciências sociais, jurídicas e a psicanálise na abordagem de resolução de conflitos.

Nossa clientela se caracteriza por mulheres casadas ou em união, com filhos, que, na sua grande maioria, já lavraram suas denúncias nas Delegacias de Defesa da Mulher. Trata-se de população de baixa renda, com salários que variam até 5 salários mínimos, com baixo nível de escolaridade e que requerem atendimento jurídico.

Através desse atendimento, buscamos: responder à necessidade de recursos sociais para famílias que necessitam apoio no seu processo de reorganização, tanto no nível da esfera pública como da privada; estudar, pesquisar e intervir sobre os fatores geradores de violência doméstica; conscientizar homens e mulheres, sobre os seus direitos e deveres, tanto jurídicos como psicossociais, em relação a si próprios e às suas famílias; implementar o exercício da cidadania; promover a transformação de padrões de relacionamento indesejáveis dentro das famílias por meio da proposição de novas formas de resolução de conflitos; intervir nas relações de poder baseadas nas discriminações de gênero.

SOBRE O MÉTODO

A Mediação Familiar é um processo no qual uma terceira pessoa, o mediador, auxilia os membros de uma dada família na resolução dos seus conflitos através de uma compreensão aceitável por todos do problema em questão, em que se busca manter a continuidade das relações entre as pessoas envolvidas. Trata-se de um método legal de negociação consensual para casos de separação e divórcio, extensamente utilizado em países do Primeiro Mundo tais como Estados Unidos, França e Espanha e recentemente oficializado como método jurídico de conciliação na Argentina. Começa a ser introduzido no Brasil e, até onde sabemos, a Pró-

Mulher é a única instituição que já se utiliza do método para atendimento de famílias, e, principalmente, de famílias em situação de violência.

Implantado em 1994 como projeto-piloto, com recursos provenientes de uma parceria com a Procuradoria do Estado de São Paulo e a Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social, desde então a nossa equipe vem trabalhando no sentido de adequá-lo ao perfil da população que atendemos (baixa renda e violenta) e à formação de novos mediadores. Devido à sua eficiência nos serviços de intervenção junto à população, vem sendo utilizado na capacitação de agentes sociais tais como, educadores de rua, conselheiros tutelares e professores. Além do atendimento prestado no Pró-Mulher, temos uma equipe treinada atuando nos Centros Integrados de Cidadania, projeto da Secretaria da Justiça, que atende à população de baixa renda da Zona Leste do Estado.

O processo global da Mediação inclui vários estágios: reunir informações; identificar e definir o problema; identificar os papéis de cada membro do grupo familiar; desenvolver opções; redefinir práticas e posições.

No plano da intervenção, já que temos buscado adaptar e adequar as dinâmicas apropriadas para nossa população, montamos uma estratégia que desde a triagem até o final do processo conta com a participação de assistentes sociais, psicólogos e advogados da área de família, de maneira que, tanto os conteúdos sociais como os jurídicos e os psicológicos sejam comtemplados.

RELATO DE CASOS

Caso 1

M. A. tem 25 anos e está casada há 6 anos com J. L. de 31 anos. Ela tem o 1º grau completo e trabalha como pressista. Ele tem 30 anos, fez o curso técnico e trabalha como técnico em ele-

trodomésticos. A família vive com o salário dela porque J. L. contribui de forma irregular com o orçamento familiar. O casal tem dois filhos: um menino de cinco anos e uma menina de quatro e nunca fizeram uso de métodos anticoncepcionais.

M. A. procurou o serviço porque há um ano J. L. saiu de casa. Queixa-se de que o marido é alcoólatra, usuário de drogas, faz muitos escândalos, grita e xinga todo mundo cada vez que bebe, nunca ajudou a família financeiramente, é irresponsável, passa dias e noites fora de casa, e que há 4 meses sequer visita os filhos.

J. L. justifica seu comportamento dizendo sentir-se rejeitado pela família dela. Casou-se obrigado porque ela estava grávida, mas nunca se sentiu aceito. Queixa-se de que vê pouco os filhos porque M. A. não tem confiança nele.

Na mediação a guarda das crianças foi dada à mãe. Psicóloga e advogada confirmam o desinteresse e a irresponsabilidade do marido em relação aos filhos. Propõem que J. L. busque os filhos aos domingos com hora marcada. J. L. aceita mas não cumpre com o horário, devolvendo os filhos muito tarde. Após essa tentativa, as visitas obrigatórias foram determinadas de 15 em 15 dias com horários preestabelecidos, a fim de garantir que o contato com o pai não seja interrompido até as crianças terem pelo menos 7 anos de idade.

Caso 2

D., 31 anos, esteve casada durante 10 com C. S., de quem vem requerer o desquite. Há 8 meses, vive em união com um outro companheiro de quem está grávida de 4 meses. Possui 1° grau completo e trabalha como copeira. C. S. tem 34 anos, não terminou o 1° grau e há tempos vem estando desempregado. O casal tem um filho de 11 anos de idade. D. diz tomar pílulas. Sua queixa é de que C. S. está sempre desempregado, gosta de beber e quando bebe fica violento. Diz ter que cuidar de tudo na casa, inclusive do orçamento.

Recentemente, C. S. passou a freqüentar a Igreja Pentecostal e está mais tranqüilo, mas agora D. não quer mais ficar com ele. C. S. diz não ter queixas. Mostra-se muito cordato, não contesta

queixas da ex-mulher e confirma que gosta de beber e, sem emprego fixo, costuma viver de "bicos".

Logo depois da separação, o filho de D. diz ter vontade de ficar de vez em quando com o pai, mas depois não quis mais porque foi maltratado pelo tio (cunhado do pai). Queixa-se de que o pai sempre deixava ele com a tia (irmã do pai) e ia para a Igreja. Há suspeita de que C. S. possua nível de inteligência limítrofe.

Caso 3

J. tem 47 anos, é casada há 17 e dedica-se ao magistério. É inspetora de alunos e ganha 3 salários mínimos. Seu marido, E., é pedreiro autônomo, tem 1° grau incompleto e salário irregular. O casal tem 4 filhos cujas idades vão de 10 a 18 anos.

Separaram-se há 4 anos, mas ele só saiu de casa 3 anos depois. Como E. já tinha outra mulher e ainda morava na casa da família, J. decidiu sair até ele ir embora e agora ela quer o desquite. Não há queixa de violência corporal, J. se queixa de alienação e desinteresse por parte do marido. E. alega que o casamento não deu certo porque ele se achava sempre inferior a ela, seja de formação, seja porque ganhava menos.

O casal se trata amistosamente. Dizem que o 2° filho foi viciado em drogas durante 2 anos mas fez tratamento "espiritual" e ficou curado. Os filhos gostam muito do pai e ficaram com ele quando a mãe saiu de casa; depois, quando voltaram a morar com ela, mantiveram com o pai um vínculo sempre amistoso. Agora que ele está morando com outra mulher é que deixou de se interessar pelos filhos, que dizem não serem bem tratados pela nova mulher do pai, por isso não querem mais visitá-lo. A filha de 13 anos continua muito ligada a ele.

Caso 4

I. tem 41 anos e está casada há 20 com A., de 45 anos. Não completou o 2° grau e trabalha como revisora de tecelagem. A

também tem o 2º grau incompleto e trabalhava como tecelão, mas há um ano está desempregado. Recentemente abriu um bar na entrada de sua casa e vem trabalhando lá. O casal tem 2 filhos, uma moça de 17 anos e um rapaz de 18.

I. quer separar-se de A. alegando que ele bebe demais e é violento agredindo-a verbal e físicamente. A princípio A. negou todas as acusações, porém, quando foi apontado o seu tremor alcóolico, acabou confessando o uso excessivo da bebida. Nega contudo atitudes agressivas contra a esposa e queixa-se, dizendo ser ela muito irritadiça e que se recusa a ter relações sexuais com ele. Diz que a mulher fica vagabundeando por aí, que fala com todo mundo menos com ele. Sempre que convidado a opinar sobre os filhos, A. argumenta que isso é coisa de mulher, com o que a esposa concorda: diz que pai não tem paciência com criança e informa ter sido ela própria vítima da violência do pai na infância.

Caso 5

M. tem 18 anos e vive com V. em união há um ano e oito meses. Tem 2º grau incompleto e trabalha como babá. V. tem 26 anos, completou o 1º grau e é balconista de lanchonete, mas está desempregado. O casal tem um filho de um ano e cinco meses, mas V. tem um filho mais velho com outra mulher e uma namorada que está grávida. No começo, o casal usava condom mas depois M. quis ter um filho e não evitaram mais.

Ela queixa-se que V. ainda não reconheceu a paternidade, que é extremamente violento e faz, constantemente, ameaças de morte. V. pertence a uma família de alcoólatras, onde todos bebem: mãe, pai e 5 irmãos e diz ter sofrido violência na infância. M. também vítima de violência na infância, mora, atualmente, num barraco com a sua família e V. já chegou a ir lá e apontar um revolver para a cabeça do bebê.

V. alega que M. não é boa mãe, que "não está nem aí com o filho", que até propôs retirar a queixa feita na Delegacia se ele a levasse a um motel. Diz não se lembrar das agressões ou ameaças

porque quando está bêbado esquece tudo. M. diz querer a separação, mas não parece verdadeira. Permanecem todo o tempo se agredindo verbalmente, depois saem da consulta e vão para um motel.

Caso 6

J. tem 31 anos, está casada há 8 e separada há um. Tem 2° grau e trabalha como auxiliar de escritório. Seu marido, C., tem 34 anos, 2° grau incompleto e trabalha como motorista autônomo, fazendo entregas. O casal tem um filho de 7 anos. A mulher toma pílula.

J. não quer mais viver com o marido. Diz que o relacionamento é difícil, com muitas brigas e ofensas. No ano que passou, ele saiu de casa por dois meses e quando voltou J. não quis mais ficar com ele. Mudou-se com o filho para a casa da sogra no fundo do terreno da casa onde moravam. O marido não quer se separar, alega que ama J. e queixa-se de abandono e infidelidade por parte da mulher. J. diz que abandonou o marido e foi morar com a mãe dele no terreno do fundo porque ele sempre a vigiou, buscando provas de infidelidade. O filho não quis ficar com a mãe e foi para a casa do pai, que lhe proporcionava conforto e diversão, mas não educação, segundo a mãe, no que J. concorda já que considera ser a educação responsabilidade da mãe.

Durante o processo de mediação, C. demonstra afeto pelo menino, que compactua com o pai, tentando reunir novamente o casal. Foi necessário todo um trabalho da equipe técnica para o menino aceitar a separação.

Caso 7

M. T. tem 55 anos e está casada há 31 com M., de 55 anos. Não completou o 1° grau, nunca trabalhou fora de casa e há muito é alcoólatra. Em 11 anos teve 7 filhos com o marido, e depois teve que tirar o útero. Seu filho mais velho tem 30 anos e o mais novo 19. Somente o mais velho chegou a cursar parte do 3° grau, sendo

que os mais novos não completaram nem o 1° grau. Todos trabalham em profissões não especializadas mas dão proteção material e afetiva à mãe, demonstrando desprezo pelo pai, que é violento com toda a família. M. T. quer a separação porque está humilhada, dizendo que o marido depois de 30 anos de matrimônio arrumou outra mulher.

M. tem 2° grau incompleto e é taxista. Seus pais e irmãos são alcoólatras mas ele não usa bebida. Justifica a infidelidade porque sua mulher não faz comida nem lava a roupa e os filhos não ligam para ele.

SOBRE OS ATORES MASCULINOS

Aqui a sexualidade masculina tem características bastante regulares no que diz respeito ao temor da feminização. Os atores masculinos representam claramente a dificuldade dos homens em contracenar com as mulheres e os filhos no âmbito da vida privada. Os dados colhidos apontam para formas acirradas de enfrentamento entre homens e mulheres, que tentam inutilmente escapar das determinações culturais baseadas no preconceito e na discriminação de gênero.

Em geral, a condição paterna parece inteiramente alheia a esses homens, o que não provoca indignação ou surpresa por parte das parceiras, que só reagem quando se sentem traídas amorosamente ou quando eles deixam de contribuir com o orçamento familiar. A maior parte delas sofreu violência durante anos, antes de decidir pela separação.

Trata-se de uma população com baixo nível de escolaridade, parcialmente alfabetizada, na maioria das vezes desempregada por ocasião da queixa e ganhando a vida por meio de "bicos". Em geral, são as mulheres quem garantem a estabilidade da família, seja do ponto de vista material ou emocional.

Na impossibilidade de desempenhar todas as funções de que foram investidos durante o último século, como administradores

da micro-sociedade que representa uma família, grande parte dos homens apóiam-se no álcool e na violência como única expressão possível de uma masculinidade falida. O uso do álcool, como um dos emblemas de masculinidade, exerce uma dupla função: mantém a sociabilidade na esfera pública e funciona como um álibi para a inadequação do comportamento na esfera doméstica. O bar, espaço público de encontro e confraternização, permite aos homens escapar da intimidade do espaço privado que por ser carregado de emocionalidade, representa por si só uma ameaça à integridade masculina. A atitude comum de alienação ou violência, para com a família, aponta para a dificuldade de estabelecer relacionamentos que escapem das noções de dever e ordem para as quais foram preparados.

Com exceção dos casos 3 e 6, os demais pais não demonstram qualquer tipo de envolvimento com o exercício da paternidade, seja no planejamento familiar ou na vinculação afetiva com os filhos. Os homens 3 e 6 são os únicos dessa pequena amostra a não fazerem uso de álcool ou drogas e que não são explicitamente violentos. O casal mais jovem, do caso 5, mostra-se indiferenciadamente imaturo e irresponsável, misturando os seus desentendimentos com o relacionamento com o filho. O homem 5 não demonstra qualquer tipo de vinculação jurídica, material ou emocional com os filhos, usando sua capacidade de procriação da mesma maneira que faz uso de uma arma, seja para o ataque, seja para a defesa.

A violência como forma eleita de comunicação, encobre o desamparo e o despreparo que o *status* de poder, atribuído pela cultura, não consegue superar. Serve ainda, em circunstâncias objetiva ou subjetivamente desfavoráveis, para o restabelecimento fugaz do sentimento básico de domínio e virilidade. A agressão, que vai provocar na vítima sentimentos de humilhação com conseqüente submissão, permite ao agressor viver uma forma momentânea de triunfo, de resgate fugaz da auto-estima.

Apesar da amostragem de casos ser pequena e aleatória, posso afirmar que atendemos, por mês, pelo menos 200 famílias com este perfil: pais emocional e profissionalmente instáveis, mães

responsáveis pela esfera doméstica, o que inclui a casa, a concepção, os filhos, o alimento e o próprio marido. Para esses homens, a falta de esperança em relação ao cumprimento do papel social que a condição masculina lhes impõe gera uma existência sem projetos e sem realizações. Carentes de afeto mas paralisados pelo medo da feminização, excluem de suas relações qualquer tipo de manifestação explícita de carinho e atenção dirigida à companheira ou aos filhos. Resta-lhes a sexualidade como expressão da sua masculinidade, uma sexualidade que se transforma, muitas vezes, num meio de descarga de tensões. Preferem sempre estar com uma mulher, em detrimento dos filhos, pois assim podem sentir-se viris. Mesmo no caso 3, um dos únicos a apontar para demonstrações de carinho e atenção de parte a parte, ao casar-se com outra mulher, o homem prefere ser "o homem da sua nova mulher" em vez de pai dos seus filhos. Os filhos ficarão bem porque estão com a mãe, podendo ele viver tranqüilamente a sua "trajetória masculina".

VIOLÊNCIA, GÊNERO E PATERNIDADE

Para tornar-se homem ou mulher é preciso submeter-se a um processo que chamamos de socialização de gênero, baseado nas expectativas que a cultura tem em relação a cada sexo. É a família, como principal agência socializadora, quem tem as suas funções concentradas na formação das personalidades. Nesse espaço social, no confronto entre gerações, os modelos sexuais são definidos pelas suas relações de poder seja no plano social, material ou emocional.

Tal premissa define a identidade sexual como algo construído, que transcende a imutabilidade do biológico e se torna relativamente transformável e passível de intervenção. Pensar dessa forma a questão permite promover ações capazes de exercer certa influência na transformação dos processos de construção.

A violência nas relações de gênero tem origem nesse mesmo processo de socialização e, ainda quando assumido pela sociedade,

tende a ser identificado apenas quando ocorrem agressões corporais, desconhecendo as agressões psicológicas que ferem a auto-estima do outro, o coito praticado pela força que não deixa marcas físicas ou a exposição do parceiro a doenças sexualmente transmissíveis.

Tradicionalmente a violência de gênero tem sido exercida pelos homens sobre as mulheres e, estatisticamente falando, sobre suas próprias mulheres, sejam elas companheiras ou filhas. Trata-se de uma questão cuja origem está nas discriminações sexuais, calcadas nas relações de gênero.

A violência de gênero como tal é resultado da sociedade contemporânea, uma vez que sua prática ancestral só se tornou tema de discussão após a década de 70, em decorrência dos movimentos feministas. A violência contra a mulher é um comportamento democratizado, uma vez que tem caráter universal e indiscriminado no que diz respeito às diferentes classes sociais. Está tão naturalizada na cultura que muitos homens não sabem que estão praticando a violência, enquanto muitas mulheres também não sabem que estão sendo violentadas.

A revista *Reflexión Juvenil*, da Colômbia, estampou no seu número de fevereiro de 1995, um artigo intitulado "A juventude mundial em risco", no qual 1 entre 12 mulheres jovens vítimas de violência de gênero nos Estados Unidos declaram que o comportamento agressivo é uma prova de amor por elas e interpretam a violência numa relação sentimental — principalmente quando se trata de violência por coerção na relação sexual — como sinal de ciúmes, portanto de amor (21 a 38% das adolescentes mantêm relações sexuais caracterizadas pelo maltrato físico).

A chamada cultura patriarcal — presente na subjetividade da sociedade contemporânea — define os homens como detentores de prestígio e poder, atribuindo às mulheres — estimuladas a atuar nas brechas desse poder através do jogo da sedução — uma condição de fraqueza e inferioridade, que as tornam vítimas naturais dos mais variados tipos de proibições e marginalizações.

Uma pesquisa americana feita com bebês vestidos convencionalmente de rosa e de azul e submetidos a avaliação de adultos,

mostrou que as expressões de avaliação sobre os bebês se baseavam na roupa que os bebês usavam, independente do seu sexo biológico, e foram absolutamente condizentes com o imaginário cultural internalizado em relação às questões de gênero. Por exemplo, os bebês vestidos de rosa provocavam expressões do tipo "que gracinha", "que douçura", enquanto que os bebês vestidos de azul provocaram expressões do tipo "que fortão", "que bravo", deixando evidentes os atributos esperados pela sociedade para cada gênero.

Garantir posições de poder para os homens de hoje não é tarefa fácil. É preciso estar preparado para um nível de desempenho que afaste qualquer semelhança com o modo feminino de ser, de tal forma que sentir-se fraco, ser traído pela mulher, ficar doente, perder emprego, não conseguir gerar filhos, não são apenas experiências desagradáveis no repertório masculino, mas sinais que podem promover ameaça subjetiva de perda do referencial de virilidade.

Diante de tantas expectativas, o macho se torna altamente vulnerável. A idéia de falhar corresponde à idéia de perda de prestígio e até perda de identidade, funcionando como um incrível gerador de tensão e angústia.

Quando falamos de homens violentos estamos nos referindo a todos os homens que exercem alguma forma de abuso (físico, emocional ou sexual) com sua esposa, companheira ou filhas, ocasionando-lhes algum tipo de dano. Há várias formas de se explicar o fato, dependendo dos conceitos dos quais se parte. Quando um fenômeno novo começa a ser estudado, a tendência, num primeiro momento, é a de tentar explicá-lo por meio de categorias já conhecidas. Com relação a esse tema ocorreu o mesmo.

Na área da saúde há uma tendência de associar o homem violento a categorias psicopatológicas, ao alcoolismo ou algum defeito de personalidade. Do ponto de vista jurídico, tudo isso seria uma atenuante em relação à culpabilidade do sujeito. De resto, esta é uma das atitudes preferenciais, como já dissemos, mostrada pelos homens interpelados: negam sempre sua responsabilidade em relação ao ato, seja usando o álcool como justificativa, seja colocando na mulher ou nos filhos a responsabilidade sobre as causas

(dizem ter sido provocados na sua ira ou na sua sexualidade: "Ela me provoca", "não consigo me controlar", "fico tomado por uma outra entidade"). Racionalização e negação são os mecanismos que eles invariavelmente usam como defesa própria.

Entretanto, o homem violento não deve ser considerado como um homem doente, tampouco devemos buscar na biologia a razão de sua conduta, usando como argumento a tese da violência inata ao grupo masculino. Segundo certo enfoque sociológico, a violência doméstica é uma manifestação do domínio do homem sobre a mulher. Cada um desses argumentos pode até ser válido, porém, deve ser visto como uma tentativa parcial de aproximação de um fenômeno absolutamente singular.

Quando em contato direto com esses homens, detectamos fatores bem específicos que nos ajudam a compreender melhor o fenômeno. Tais fatores estão estreitamente ligados a uma concepção sexista, baseada nos mitos introjetados no processo de socialização, que, por sua vez, constrói-se sobre o mito homofóbico do perigo da feminização.

O isolamento emocional — exprimir o afeto remete ao perigo da feminização —, dificuldade de resolver conflitos, uma imagem muito desvalorizada de si mesmo, ou uma necessidade de triunfo sobre a mulher devido ao temor que esta lhe inspira (se a presença da mulher é necessária para afirmar sua virilidade, a intimidade e proximidade afetiva com uma mulher é vivida como uma ameaça a essa mesma virilidade) são algumas das características do funcionamento mental do homem. No tipo de população aqui apresentada, deparamo-nos com uma exacerbação dos valores sexistas, uma espécie de caricatura dos valores socioculturais que caracterizariam um homem e dos mitos culturais de masculinidade.

Isso, somado ao sistema milenar de "domesticação" da mulher, oferece ao grupo masculino a justificativa de fazer dela o seu "bode expiatório". A "domesticação" da mulher sempre representou uma necessidade de controle do homem sobre o seu corpo, sua sexualidade e capacidade reprodutiva, devido ao temor da perda de controle sobre a descendência. O fato de que a mãe é

certa e o pai é apenas presumível, mesmo hoje em tempos de DNA, representa um fantasma para a organização da cultura patriarcal e uma ameaça para cada homem em particular. Como se costuma afirmar, *pater semper incerto est.*

Como ser tutelado e dependente, tanto do ponto de vista material quanto político e religioso, as mulheres sempre foram tratadas como objetos de posse do grupo masculino; serviçais cuja mão de obra foi devidamente escravizada e desvalorizada. Dominar a mulher sexualmente ou bater nela nesse contexto é algo tão natural quanto espancar um animal, um servo ou uma criança.

Em contrapartida, as mulheres aprenderam que é natural ser dominada, conduzida e espancada, chegando a interpretar isso, algumas vezes, como proteção. Grande parte das mulheres que procuram nossos serviços se identificam como sendo a 2ª ou 3ª geração de mulheres que apanham e nada nos impede de supor que, sem nenhum tipo de intervenção, seus filhos tenderão a ser violentos e suas filhas vítimas de violência[2].

No que diz respeito aos nossos atores, em particular, sabe-se que nas classes menos favorecidas, apesar do sucesso dos movimentos feministas na luta pela eqüidade, os códigos tradicionais ainda são bastante imperativos. Um estudo recente da antropóloga Cynthia Sarti (1996) defende a tese de que a "ordem moral patriarcal é imperativa nas camadas inferiores da população, a despeito das ideologias mais modernas, assim chamadas individualizantes". Entre os pobres, a família exerce ainda uma outra função, a de "eixo de referência sobre o qual os seus membros se apóiam e constroem suas relações sociais". Nesse sentido, a própria assimetria de papéis, tão criticada pela sociedade contemporânea, cumpre uma função de complementação "em torno da qual homens,

---

[2] Mesmo que este não seja o fórum apropriado para uma discussão mais aprofundada sobre o papel da mulher, devemos apontar para o fato de que ela não é apenas objeto, mas pode também ser sujeito da violência doméstica, seja contracenando com o agressor, seja exercendo sua própria violência contra os filhos, os companheiros ou outras mulheres.

mulheres e crianças se organizam na realização de projetos comuns". Mesmo que a incorporação da mulher no campo de trabalho pareça incongruente ao sistema, "o conflito entre a afirmação da individualidade e o respeito às obrigações e às responsabilidades próprias dos vínculos familiares pouco se coloca". Ainda segundo Sarti (1996), "os elos de obrigações (...) devem prevalecer sobre projetos individuais, mantendo-se o padrão tradicional de autoridade e hierarquia". Vera Paiva, pesquisando grupos de adolescentes de 14 a 21 anos, de diferentes classes sociais, sobre saúde reprodutiva afirma que classe e educação definem os códigos da cultura de gênero, tendo encontrado nas classes mais baixas padrões mais exigentes de desempenho nos homens e de submissão na mulher.

Todos esses fatores que atuam no fenômeno da violência remetem-nos igualmente às dificuldades desses homens no desempenho do seu papel paterno. A alienação afetiva em relação à mulher se estende para a relação com os filhos. O distanciamento em relação ao próprio corpo, que se concentra na força física e no sexo, afasta esses homens dos compromissos éticos ou afetivos relacionados a sua sexualidade, isto é, na concepção, criação dos filhos e no cuidado para com eles.

O contato com o corpo da mulher, ameaçador porque impossível de ser controlado, só pode ser fantasiado e experienciado como objeto sexual, o que, geralmente, impede-os de ter qualquer contato de intimidade com as filhas, comportando-se de forma extremamente controladora e conservadora com elas. De maneira geral, sua participação, quando existe, costuma ser mais voltada mais para a repressão e disciplina do que para o carinho e a ternura.

CONCLUSÕES

Ainda hoje se acredita que as mulheres sejam as detentoras dos problemas de ordem sexual. O mito da mulher frígida, outra invenção do patriarcado, serviu, durante séculos, para apaziguar os homens e livrá-los de examinar sua própria sexualidade. O

estudo *Hite* revelou pela primeira vez que a relação sexual, assim como as relações de gênero, só podem ser estudadas do ponto de vista relacional: para cada mulher frígida, um homem fóbico.

Há muito se acreditava que as mulheres tiravam a força dos homens e os debilitavam para a caça. Um homem não praticava o sexo com sua mulher nas vésperas de uma caçada. Hoje se fala em "concentração", sugerindo que antes de uma competição esportiva um homem não deve ter relações sexuais porque a mulher pode lhe diminuir a força e a potência. Ao que tudo indica, a sexualidade da mulher foi sempre carregada de perigo, por isso tiraram-lhe o prazer. Coisificaram-na e transformaram seu sexo em utilidade privada. Isso em si já foi uma violência, e como se não bastasse, maiores violências ainda são praticadas contra as mulheres. O estupro, o abuso sexual de crianças e a coerção sexual são diferentes formas de uso da violência contra a mulher e representam um triunfo masculino sobre ela.

Os homens que utilizam a violência contra a mulher como uma forma de resolução de conflito estão buscando reassegurar-se de sua virilidade, recuperar auto-estima e o controle sobre a relação. Essa busca de controle, de um lado, e a evitação da intimidade, de outro, são condutas típicas do homem violento. Ver ameaçadas, na realidade ou na fantasia, suas possibilidades de controle pode desencadear episódios de violência que chegam, às vezes, até a morte.

Engravidar uma mulher nesse contexto pode representar mais uma forma de controle do que de prazer. A procriação cumpre seu papel reassegurando ao homem sua virilidade. Mulher e filhos estão a serviço de sua masculinidade. O homem violento é um homem infantilizado, uma caricatura do mito da masculinidade, uma caricatura do que se pensa que "deve" ser um homem, que, na fantasia de total controle no interior da cultura é capaz de praticar o incesto como forma de triunfo do macho, rompendo com a própria lei do Pai[3] (Freud, 1973).

---

[3] Estou aqui referindo-me à representação simbólica do patriarcado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

CONNELL, R.W. *Masculinities*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1995.

FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973. Totem e tabu. t. 2.

GAY, Peter. *O cultivo do ódio*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1993.

HITE, S. *Women as revolutionary agents of change*. Austrália: Sceptre Books, 1993.

MUSZKAT, Malvina. *Desejo de mulher*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1994.

PAIVA, Vera. Fostering the Sexual Subject: Gender and Class in the Sexual Scene. *Reconceiving Sexuality. International Perspectives on Gender Sexuality and Sexual Health*. Mimeo. April 1996. Rio de Janeiro: IMS. UERJ.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero no Brasil atual. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, nº especial, out. 1994.

SALÉM, Tânia. O casal igualitário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 9, v. 3, fev. 1989.

SARTI, Cynthia A. *A família como espelho*. São Paulo: Autores Associados, 1996.